

A POBREZA COMO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA RENDA, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL COM BASE NA PNAD 2005.

Oz Solon Chovghi Iazdi

Faculdade de Ciências Econômicas
Centro de Economia e Administração
oz@cinestec.com.br

Nelly Maria Sansigolo de Figueiredo

Grupo de Pesquisa: Desigualdades Sócio-econômicas e Políticas Públicas
Centro de Economia e Administração
nelly.figueiredo@puc-campinas.edu.br

Resumo: *O objetivo deste plano é estudar a pobreza sob uma abordagem mais ampla, que inclui, além de indicadores de renda, fatores relacionados à educação e ao acesso à Internet. Pretende-se analisar um conjunto de fatores, incluindo características individuais, diferenças regionais, remuneração, nível de escolaridade, que, em conjunto, serão tratados como fatores associados à inclusão digital no Brasil, por Unidade da Federação. Serão utilizados os microdados do arquivo de pessoas da PNAD de 2005.*

Palavras-chave: *desigualdades socioeconômicas; pobreza; inclusão digital.*

Área do Conhecimento: *Ciências Sociais Aplicadas – Economia.*

1. INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade no Brasil são problemas extremamente agudos ao longo de toda a história do país. Em 2001, a percentagem de renda apropriada pelo 1% mais rico era maior do que a apropriada pelos 50% mais pobres da população [hoff]. Nesse ano, o Brasil possuía um grau de desigualdade melhor apenas do que a África do Sul e Malavi dentre mais de 90 países estudados [1].

A desigualdade educacional também é muito elevada dentro da população economicamente ativa, e isso reflete na própria renda pessoal, já que o mercado de trabalho é competitivo. Essa explicação entre diferenciais de salários dada a qualificação pessoal é abordada pela Teoria do Capital Humano. Ela afirma que a educação aumenta a produtividade do trabalhador, lhe garante melhor posição no mercado de trabalho e, conseqüentemente, salários mais elevados [6].

A partir dessa desigualdade de renda e do nível educacional, pode-se ter uma base para o estudo de outra desigualdade: o acesso à Internet. Em 2005, cerca de 21% da população com 10 anos ou mais de idade acessava a Internet [2]. Esse acesso é feito de forma desigual por todo o país, já que as chances de

acesso à Internet são maiores para as pessoas que moram nas regiões metropolitanas mais ricas, possuem mais instrução e uma renda domiciliar *per capita* mais elevada. Políticas públicas ou privadas como os telecentros comunitários e projetos governamentais surgem como uma das possibilidades de combater à exclusão digital. [7]

2. OBJETIVOS

O objetivo deste plano é estudar os fatores determinantes da exclusão digital, desigualdade de renda e educacional no Brasil em 2005. Especificamente, visa:

1. Realizar uma revisão bibliográfica sobre pobreza, desigualdade, escolaridade, exclusão digital e políticas públicas relacionadas a esta;
2. Obter indicadores de rendimento, pobreza, desigualdade de renda, escolaridade e inclusão digital em 2005, para as pessoas ocupadas, segundo a Unidade da Federação;
3. Analisar as disparidades regionais dos indicadores acima relacionados, a partir de análise estatística exploratória;
4. Elaborar tabelas cruzadas e gráficos que permitam investigar os relacionamentos entre a exclusão digital no Brasil e os demais indicadores socioeconômicos acima relacionados, sempre sob uma perspectiva regional.

3. METODOLOGIA

Base de Dados

São utilizados os dados contidos nas amostras da PNAD de 2005 (microdados, em meio digital) [5], com os quais são calculados indicadores relativos aos determinantes da exclusão digital no Brasil e da desigualdade de renda e do nível de escolaridade. Para a seleção da amostra e cálculo dos indicadores será utilizado o *software SPSS*.

Procedimento:

A partir dos dados brutos do arquivo de pessoas, foram selecionadas apenas as pessoas que fazem parte da PIA (população em idade ativa), ou seja, as pessoas com 10 anos ou mais de idade. Foram estudados 3 cortes populacionais: PIA, pessoas economicamente ativas (PEA) e estudantes maiores de 10 anos. Posteriormente, foram aplicados procedimentos estatísticos de análise exploratória para os três cortes populacionais, e criadas tabelas cruzadas e gráficos, permitindo-se identificar os relacionamentos entre as variáveis socioeconômicas analisadas e o nível de acesso à Internet.

Por fim, foi ajustado um modelo de regressão logit, apresentado em [3] para estimar a probabilidade e as chances das pessoas em idade ativa estarem incluídas digitalmente, em função de co-fatores como renda familiar per capita, escolaridade, sexo, cor, região, local de residência, rede de ensino, condição de ocupação e horas trabalhadas.

Indicadores de renda e desigualdade.

Rendimento domiciliar médio per capita, considerando os residentes no domicílio com 10 anos ou mais de idade, e que declararam trabalhar na semana da pesquisa da PNAD.

Indicadores da Desigualdade da Distribuição de Renda: o principal indicador é o índice de Gini, que vai da extrema igualdade (valor igual a 0) até a extrema desigualdade (valor igual a 1). Outros indicadores são de extrema importância, como a razão entre a proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico e os 40% mais pobres (R 1/40).

4. RESULTADOS OBTIDOS

A partir das leituras da bibliografia e da análise das três amostras da PNAD 2005, constatou-se que a exclusão digital é um problema tão sensível quanto à desigualdade de renda ou de educação na sociedade brasileira, estando, também, fortemente relacionada a esses fatores. Evidenciou-se que há uma relação direta entre a renda domiciliar *per capita* e o nível de acesso à Internet. Para a população total com 10 anos ou mais de idade, a percentagem de acesso para os que tinham mais de cinco salários mínimos de renda domiciliar *per capita* era de 69,5%, enquanto para os que possuíam de 3 a 5 era de apenas 55,2%.

Outro grande determinante do acesso à Internet é a educação. Enquanto pessoas com muitos anos de estudo possuem um nível de acesso extremamente elevado (76,1% para os que possuíam quinze anos ou mais de estudo), para as demais pessoas esse nível cai muito (apenas 22,4% entre os que possuíam entre oito e dez anos de estudo). Além disso, constatou-se que a amostra de estudantes apresentou um nível geral de acesso à Internet mais elevado

do que a amostra geral, podendo-se inferir que a chance de acesso para as pessoas que estão estudando é maior do que para as que não estão.

A amostra de trabalhadores possui um percentual geral de acesso mais elevado do que as demais populações, o que pode estar relacionado diretamente à obtenção de renda e à possibilidade de acessar a Internet no local de trabalho. Ficaram evidentes, também, que as desigualdades de acesso se assemelham às de renda no que diz respeito às regiões. Enquanto o Sudeste (principalmente São Paulo) e o Sul possuem grandes percentuais de acesso, as regiões mais pobres (como o Norte e o Nordeste) possuem um nível bem menor. Os residentes rurais também acessam bem menos a Internet (3,4%) do que os residentes urbanos (24,2%), o que evidencia a disparidade entre o campo e a cidade.

5. CONCLUSÕES

A desigualdade no acesso à Internet é elevada e pode ser explicada, em grande parte, pelas condições e características pessoais e regionais. As pessoas que possuem renda domiciliar *per capita* mais elevada juntamente com as que têm maior nível de escolaridade também são as que possuem maiores chances de acesso. O quadro de exclusão digital apresentado se assemelha muito ao o quadro das desigualdades regionais, de renda e de escolaridade e, nesse sentido, as políticas voltadas para minorar as desigualdades e situações de carências nesses segmentos se reforçam e são potencializadas justamente pelos relacionamentos existentes. Nesse contexto, as políticas públicas de desenvolvimento das regiões mais pobres, de melhoria da educação, e que visem elevar a renda dos menos favorecidos no Brasil, devem ser concomitantes àquelas que visem a inclusão digital. Especificamente com relação à esta, é necessário incentivar a construção de telecentros comunitários que forneçam, juntamente com as instalações e computadores, o oferecimento de cursos de capacitação bem como o acompanhamento do usuário visando sua interação com uma nova tecnologia. O poder público, através de seus programas de inclusão, também deveria atentar para soluções que melhorassem o acesso nas regiões rurais. Todas essas estratégias, no entanto, devem ser elaboradas a partir das especificações de cada região, tendo em vista os grandes contrastes entre estas no Brasil.

6. REFERÊNCIAS

- [1] BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R.(org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- [2] CYSNE, R. *Exclusão digital: desafios para a consolidação da cidadania*. Rio de Janeiro: Funda-

- ção Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.(dissertação de mestrado), 2007.
- [3] FIGUEIREDO, N.M.S.; CORRÊA, A.M.C.J. O trabalho agrícola no Brasil: Educação e Determinantes do Acesso à Internet em 2005. *Pensamento e Realidade*, agosto 2009 (no prelo).
- [4] HOFFMANN, R. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005. In Barros, R.P.; Foguel, M.N. e Ulyssea, G. (org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. v. 1, Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- [5] IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, CD Rom, 2005.
- [6] RAMOS, L ; REIS, J. Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO, J. M. & GIAMBIAGI, F. A distribuição de renda no Brasil, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.
- [7] SANTOS, A. Q. *Inclusão Social, Inclusão Digital e Desenvolvimento Local*. (texto de palestra apresentado em Seminário de Desenvolvimento Local) - Brasília, DF, 2003.